

A Crise Silenciosa da Amazônia: Crime na madrugada

GREENPEACE

RELATÓRIO
OUTUBRO DE 2014

Noite após noite, caminhões carregados de madeira ilegal saem da floresta em direção às serrarias que abastecem os mercados nacional e internacional.

Entre agosto e setembro de 2014, o Greenpeace utilizou rastreadores para monitorar rotas de caminhões madeireiros no oeste do Pará e expor a retirada ilegal de madeira na Amazônia.

A investigação revelou como a indústria madeireira no Pará está 'lavando' madeira ilegal. Durante o dia, caminhões vazios se dirigem para áreas remotas no interior da floresta. Quando a noite cai, eles deixam o local onde a madeira foi extraída ilegalmente e a transportam para serrarias do município Santarém, um dos principais polos madeireiros da Amazônia. Essas serrarias usam papéis oficiais, obtidos de maneira fraudulenta, para 'esquentar' a madeira que chega ao mercado. Além de abastecerem o mercado doméstico, essas empresas também exportam madeira regularmente para a Europa, China, Japão e Estados Unidos – apesar de legislações em alguns destes mercados proibirem a venda de madeira ilegal.



Caminhão carregado com madeira viaja pela BR-163 em direção a Santarém. Caminhões carregados com madeira ilegal trafegam durante a noite para evitar a fiscalização. 30 de agosto de 2014.
© Otávio Almeida / Greenpeace



A exploração predatória de madeira e a destruição da Amazônia



A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta. Ela cobre 5% da superfície terrestre e distribui-se por nove países da América do Sul ¹. Cerca de 60% da bacia amazônica está dentro dos limites do Brasil ². Até o momento, a Amazônia brasileira já perdeu cerca de 700 mil km² de floresta ³. Cerca de 18% foi perdido somente nas últimas três décadas ⁴. O ritmo do desmatamento caiu expressivamente nos últimos anos, mas dados recentes mostram que a perda de cobertura florestal na Amazônia brasileira voltou a subir ⁵.

A exploração de madeira é o primeiro passo para o desmatamento. Madeireiros abrem estradas para acessar áreas remotas de floresta em busca de espécies de alto valor comercial. Florestas antes intactas passam a ser degradadas e ficam vulneráveis à fragmentação. Nesse processo de exploração predatória, a floresta ao longo das estradas é desmatada para dar lugar a pasto e soja. Essas regiões de fronteira são conhecidas pela falta de governança e corrupção generalizada. A exploração ilegal de madeira é endêmica. No Pará, estado que mais produz e exporta madeira da Amazônia, estima-se que mais de 3/4 da exploração madeireira seja ilegal ⁶.

Em resposta à crise do setor, o governo brasileiro iniciou em 2006 um processo para compartilhar com os governos estaduais a responsabilidade pela gestão das florestas. Os sistemas de controle do fluxo de produtos florestais passaram a ser eletrônicos. Empreendimentos madeireiros apresentam planos de manejo florestal para aprovação dos órgãos ambientais do governo, incluindo o detalhamento da quantidade de madeira que pretendem explorar a cada ano. Uma vez aprovado, o plano de manejo recebe créditos proporcionais ao volume autorizado para retirada de madeira. Todas as comercializações e carregamentos devem ser acompanhadas por um documento que confirme o registro da atividade no sistema de controle, com a quantidade correspondente de créditos concedida para aquela transação. Madeira extraída ilegalmente – fora de uma área autorizada ou em volume maior do que o permitido, por exemplo – não deveria ter acesso aos créditos, inviabilizando assim sua comercialização.

O relatório do Greenpeace “A Crise Silenciosa da Amazônia”, publicado em maio de 2014, no início deste

ano, expôs a fragilidade do atual sistema de controle da madeira ⁷. Muitas vezes, em vez de conter o crime, ele é usado para ‘esquentar’ madeira extraída de forma predatória e ilegal. Frequentemente, madeireiros apresentam planos de manejo de uma área que eles não têm a mínima intenção de explorar. Em vez disso, eles usam os créditos recebidos para ‘legalizar’ madeira roubada de outras áreas. Este falso status de legalidade conferido pela documentação oficial torna impossível distinguir a madeira ilegal daquela explorada de forma responsável.

A investigação do Greenpeace analisou uma rede de serrarias no Pará centrada na serraria e exportadora Rainbow Trading. Utilizando rastreadores eletrônicos, o Greenpeace monitorou o tráfego de caminhões entre áreas públicas de floresta – onde nenhuma autorização de exploração foi concedida – e à Rainbow Trading e suas fornecedoras. De acordo com documentos oficiais, a Rainbow Trading recebe madeira de planos de manejo autorizados. No entanto, análises de dados de satélite não revelaram evidência de exploração madeireira em três dos cinco planos de manejo e irregularidades geralmente associadas com a retirada ilegal de madeira foram encontradas em outros dois. As áreas de floresta visitadas pelos caminhões apresentaram sinais de exploração ilegal com pilhas de toras ao longo de vias de acesso bastante utilizadas.

A Rainbow Trading tem recebido carregamentos de madeira em desacordo com a lei. Dados públicos disponíveis mostram que as serrarias que abastecem a empresa estão operando sem as licenças requeridas pela legislação brasileira ⁹ – o que é ilegal ¹⁰. Uma delas está sob embargo do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) ¹¹ – o que deveria impedir a empresa de comercializar madeira. A Rainbow Trading exporta para países e regiões que possuem legislações que proíbem a importação de madeira ilegal e as serrarias que abastecem a Rainbow Trading vendem toras e madeira serrada para outras exportadoras também. Na melhor das hipóteses, qualquer um que compre madeira destas empresas está assumindo um enorme risco. E, ao colocar essa madeira no mercado, empresas na Europa ou nos Estados Unidos também podem estar infringindo a lei.



Esquerda: Serraria pertencente à Comercial de Madeiras Odani Ltda, em Placas, no Pará.
Uma investigação do Greenpeace utilizou um localizador GPS para monitorar caminhões madeireiros. Durante o dia, caminhões de carga vazios viajam pela floresta densa, e à noite, partem de campos de extração ilegal de madeira para serrarias em Santarém. 3°28'21.36"S 54°24'33.05"W
Topo: 30 de agosto de 2014 © Lunae Parracho / Greenpeace Final: 28 de setembro de 2014 © Lunae Parracho / Greenpeace

Investigação

Este relatório confirma que a fragilidade do sistema de controle da madeira tem permitido e sustentado os altos níveis de ilegalidade praticados pela indústria madeireira que opera na Amazônia brasileira. Mais uma vez, comprovamos que papéis oficiais são disponibilizados prontamente por meio das falhas do sistema. Empresas de madeira não podem justificar a oferta do produto no mercado quando a evidência de que ela foi extraída legalmente se resume à análise de documentos emitidos pelo governo brasileiro. Para cumprir com as leis que demandam que a origem da madeira seja legal, como a EUTR (European Timber Regulations) ou a legislação americana Lacey Act, compradores na Europa ou nos Estados Unidos devem apresentar evidências adicionais que provem, de forma conclusiva, que a madeira que estão colocando no mercado é legal.

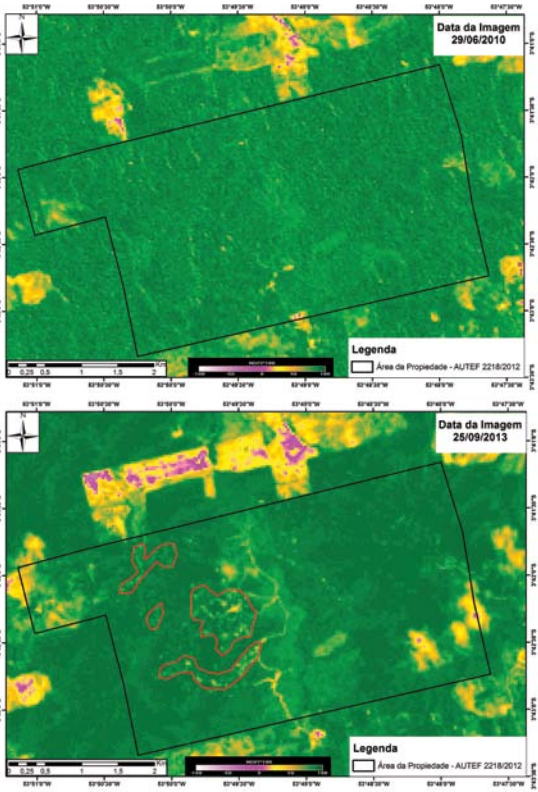
A investigação do Greenpeace se concentrou nos municípios de Uruará, Placas e Santarém, no oeste do Pará. Santarém é um dos principais polos madeireiros do estado. Entre agosto e setembro de 2014, instalamos rastreadores com GPS em caminhões madeireiros operando nas proximidades de Santarém. Os sinais de GPS emitidos pelos rastreadores revelaram os métodos usados pela indústria para contrabandear madeira retirada ilegalmente da Amazônia. Os caminhões dirigem-se para áreas remotas de floresta durante o dia e só deixam a floresta na calada da noite. Encobertos pela escuridão, os veículos trafegam tranquilamente até as serrarias próximas a Santarém.

O Greenpeace cruzou as rotas dos caminhões com os registros federais sobre uso da terra e autorizações de exploração madeireira. As áreas de floresta visitadas pelos caminhões são de propriedade da União e são classificadas como florestas públicas ¹². Não há nenhum tipo de autorização para a extração de madeira no local, o que torna qualquer atividade na área, ilegal, de acordo com a legislação brasileira. No entanto, sobrevoos de reconhecimento confirmaram diversas áreas de exploração madeireira, com estradas abertas no meio da floresta e clareiras repletas de toras.

A movimentação de veículos suspeitos é comum na região da rodovia PA-370, que liga Santarém à barragem de Curua-Una. Cerca de 80 caminhões chegam a atravessar o rio Curuá-Una pela balsa todas as noites. O tráfego em direção a Santarém é ainda mais intenso entre as 23h e 1h30 da madrugada ¹³.

A investigação do Greenpeace aponta para três serrarias: *Rainbow Trading Importação e Exportação LTDA, Comercial de Madeiras Odani LTDA e Sabugy Madeiras LTDA*. Entre 29 de agosto e 12 de setembro de 2014, nossos rastreadores revelaram caminhões madeireiros fazendo viagens regulares entre as áreas de extração ilegal e serrarias de propriedade da Rainbow Trading e da Odani. A serraria Odani está localizada no interior da floresta, longe das estradas principais ou das autoridades. Um dos caminhões rastreados descarregou madeira no pátio da serraria Odani pelo

Análise de imagens de satélite (Landsat) do plano de manejo de Reijane Celeste Moura Rebelo:



Estas imagens de satélite, de junho de 2010 e setembro de 2013, mostram poucos sinais de exploração madeireira. Considerando que 93% dos créditos deste plano de manejo já foram movimentados no sistema, é necessário realizar uma vistoria de campo para descartar qualquer irregularidade.

menos quatro vezes em um dia. Este mesmo caminhão também fez viagens noturnas entre as serrarias Odani e a Sabugy, no centro de Santarém. Tanto a Odani quanto a Sabugy fornecem madeira para a Rainbow Trading e para outras exportadoras de madeira em Santarém.

O Greenpeace analisou documentos oficiais do Sisflora (Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais) – sistema de controle eletrônico que registra todas as comercializações e transporte de madeira no Pará e Mato Grosso. A Rainbow Trading alega que foi abastecida por cinco planos de manejo em 2014. De acordo com os registros, mais de 90% da madeira que a empresa recebe vem desses PMFs.

O Greenpeace fez análises geo-referenciadas de imagens de satélites de todos os cinco planos de manejo. Em agosto de 2014, dois deles não apresentaram sinais de exploração – o que sugere que esses planos só foram apresentados para gerar créditos e dar à serraria a papelada necessária para ‘esquentar’ madeira retirada ilegalmente de outras áreas. Nos outros três que apresentaram alguns sinais de extração, seria necessária uma avaliação de campo destas áreas para identificar se a perda de cobertura florestal detectada é proporcional ao volume de madeira que a Rainbow Trading afirma ter recebido.

Somando os movimentos suspeitos dos caminhões que abasteceram as serrarias da região e a ausência de sinais de exploração em dois dos cinco planos de manejo que fornecem para a Rainbow Trading, temos evidências convincentes de que esta serraria

tem recebido madeira retirada ilegalmente da floresta amazônica, que é então ‘legalizada’ com documentos oficiais obtidos de forma fraudulenta.

Infratores reincidentes

A ilegalidade não é estranha para a Rainbow Trading e suas fornecedoras. Nos últimos dez anos, elas foram multadas em quase R\$ 1,7 milhão (€558.270) pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Estas informações são públicas e estão disponíveis para consulta no site do IBAMA ¹⁴. A Rainbow Trading, sozinha, acumula R\$479.941 (€156.000) em multas desde 2007.

Além dos cinco planos de manejo, a Rainbow Trading tem comprado madeira de três serrarias: *Odani, Sabugy e Schmitt & Schnorr Ltda*, de acordo com o Sisflora. Nenhuma destas serrarias deveria estar habilitada a comercializar madeira. O Ibama suspendeu o CTF (Cadastro Técnico Federal) de todas elas. Este número de registro é necessário para realizar operações comerciais com o DOF (Documento de Origem Florestal), o sistema eletrônico de controle de fluxo de produtos florestais do governo federal. Empresas madeireiras só podem comprar ou vender madeira com CTF válido. Portanto, a madeira vendida pela Odani, Sabugy e Schmitt & Schnorr é ilegal, mesmo se tivesse sido extraída com todas as autorizações necessárias. Em junho de 2013, o Ibama impediu, por meio de liminar, que a Odani processasse ou comercializasse madeira. A liminar ainda está em vigor.

Leis de comércio, como a EUTR, exigem o cumprimento da legislação aplicável no país em que a madeira foi extraída para que ela possa ser considerada legal. A exigência para que empresas apresentem um CTF válido é um dos componentes fundamentais da legislação florestal brasileira ¹⁵. Ela assegura que, através de toda a cadeia, a madeira seja extraída, processada e comercializada de acordo com a lei e possa ser exportada. A madeira destas serrarias não poderia ser comercializada legalmente no Brasil e, portanto, não deveria ser exportada e disponibilizada no mercado europeu.

Legalidade só no papel

Apesar dos esforços do governo brasileiro de mantê-las fora do mercado, Odani, Sabugy e Schmitt & Schnorr continuam vendendo madeira para empresas exportadoras. A Rainbow Trading recebeu madeira da Schmitt & Schnorr em março, da Sabugy em julho e diversos carregamentos da Odani em agosto ¹⁶. Nos últimos anos, a Rainbow Trading exportou para empresas na Europa, China, Índia, Japão e Estados Unidos.

Além da Rainbow Trading, a Odani vendeu jatobá, ipê, garapa e maçaranduba para outras quatro exportadoras em 2014. Todas elas exportaram madeira destas mesmas espécies para Bélgica, China, Dinamarca, França, Guadalupe, Itália, Japão, Espanha e Estados Unidos ¹⁷ neste mesmo período. Que medidas as empresas de madeira que possuem relações comerciais com estes exportadores brasileiros adotaram para mitigar o risco de que não estavam comprando madeira ilegal?



Fora de controle

Desde 2006, todas as transações envolvendo madeira no Brasil devem ser registradas em um sistema de controle eletrônico. Este sistema traz o histórico do produto, com informações como: produtor, comprador, vendedor, transporte e quantidade de madeira comercializada. A maioria dos estados brasileiros usa o sistema de controle do governo federal, o DOF, de responsabilidade do IBAMA. Mas o Pará e o Mato Grosso utilizam um sistema próprio, o Sisflora, de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). O Sisflora funciona de maneira independente e muito pouco integrada ao DOF. Vendas de madeira registradas no Sisflora devem ser acompanhadas da Guia Florestal (GF), documento que autoriza o transporte da madeira.

Qualquer empresa que realize atividade potencialmente poluidora precisa se registrar no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF) junto ao Ibama. O registro gera um número necessário para acessar e cadastrar as transações comerciais no sistema DOF. O CTF é suspenso quando as empresas infringem alguma lei. Odani, Sabugy e Schmitt & Schnorr tiveram o CTF suspenso pelo Ibama. Comercializar madeira sem CTF ou com o CTF suspenso é ilegal.

As informações sobre sanções e penalidades deveriam ser compartilhadas entre o DOF e o Sisflora. Mas não é isso que acontece. O Sisflora não reconhece, por exemplo, as limitações obtidas pelo Ibama que proíbem a Odani de operar. No nível prático, serrarias e madeireiras não são questionadas sobre a validade de seu CTF para comercializar madeira usando o Sisflora. Por isso, Odani, Sabugy e Schmitt & Schnorr podem usar o Sisflora para obter a GF3, documento necessário para comercializar madeira serrada. No entanto, a madeira vendida por estas empresas continua ilegal, já que elas não possuem um CTF ativo, conforme requerido pela legislação brasileira. A Odani ainda responde à liminar do Ibama. A disponibilidade da GF3 não muda o fato de que a madeira comercializada por estas serrarias (ou qualquer empresa sem um CTF ativo) é ilegal.

Rainbow Trading Importação e Exportação Ltda

Baseada em Santarém, a Rainbow Trading é uma serraria de médio porte, atacadista e exportadora de madeira. Sua serraria possui capacidade para processar 32.850 metros cúbicos de madeira anualmente. Nos últimos sete anos, a empresa foi multada 12 vezes pelo Ibama por operar ilegalmente, no valor total de R\$ 479.941 (€156.000).

A Rainbow Trading vende madeira serrada para todo o Brasil e frequentemente exporta madeira para o mercado internacional. Segundo dados oficiais de exportação, entre 2008 e 2013 a Rainbow Trading exportou madeira da Amazônia para empresas com sede nos países: Bélgica, China, Dinamarca, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, Holanda, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. Em 2014, entre os meses de janeiro e agosto, a Rainbow vendeu madeira para empresas com sede em Portugal, Bélgica, Suécia, França e Holanda (ver p.11).

De acordo com o Sisflora, a empresa abasteceu o mercado com 8 mil metros cúbicos de madeira entre janeiro e agosto de 2014. Pelos registros do sistema, mais de 90% desta madeira veio de cinco planos de manejo:

ACORQE Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (AUTEF 2124 /2012): 3.463,3 metros cúbicos de madeira
Reijane Celeste Moura Rebelo (AUTEF 2218/2012): 3.207,9 m³
João Da Silva Campos (AUTEF 1836/2013): 969,9 m³
Elisario Moraes De Lima (AUTEF 1868/2014): 570,7 m³
Gilson De Oliveira Brandão (AUTEF 2198/2014): 76,9 m³

Análises de imagens de satélite destes planos de manejo revelaram sinais de exploração no plano de Reijane Celeste Moura Rebelo. Uma inspeção de campo seria necessária para identificar se a quantidade de madeira disponibilizada no mercado desde dezembro de 2012 é proporcional ao volume significativo proveniente deste plano de manejo (mais de 28 mil metros cúbicos). O mesmo se aplica à ACORQE que, segundo os registros, forneceu quase 3.500 metros cúbicos de madeira para a Rainbow Trading em 2014 e um total de 40 mil metros cúbicos para o mercado desde 2012. Um sobrevoo de reconhecimento no plano de manejo da ACORQE, no dia 14 de outubro de 2014, revelou ativa movimentação de madeira – embora a autorização de exploração para esse plano tenha expirado em agosto de 2014.

Além destas evidências suspeitas, nenhuma atividade madeireira foi detectada nos dois outros planos de manejo em agosto de 2014, o que sugere que a documentação destes PMFs está sendo usada para ‘esquentar’ madeira retirada ilegalmente de outras áreas.

A Rainbow Trading também comprou toras de madeira de duas serrarias em 2014:

Schmitt e Schnorr Ltda,
Santarém (CTF 587069; CEPF 642)
Comercial De Madeiras Odani Ltda,
Placas (CEPF 851)



CTF: Ativo
Licença de operação: 8884/2014, válida até 09/09/2016
Ceprof: Ativo

Acima: Serraria pertencente à Rainbow Trading Importação e Exportação Ltda em Santarém, no Pará. 2° 36' 24.942" S 54° 44' 52.926" W
30 August 2014 © Otávio Almeida / Greenpeace



Acima: Campo de extração ilegal de madeira na floresta. No dia anterior, um caminhão monitorado pelo Greenpeace fez duas viagens entre esse campo e a Serraria Rainbow Trading em Santarém.
3°25'16.87"S 54°14'10.64"W 01 de setembro de 2014
© Otávio Almeida / Greenpeace



Caminhão 1



Marca: Mercedes Benz
Modelo: Axor 2831 6x4
Cor: White
Registro: 2011/12
Placa: OCA 4058
Chassi: ...27972

29 - 30 Agosto 2014

- 09:27, deixa Santarém pela rodovia PA-370
- 13:20, chega na área de extração ilegal
- 19:41, voltando a Santarém
- 22:05, chega na travessia de balsa do rio Curuá-Una
- 00:02 – entrando em Santarém
- 0:40 – chega à serraria Rainbow Trading

28 de agosto de 2014

2° 48' 18.534" S
54° 18' 26.976" W

Caminhão carregando madeira ilegal na rodovia PA-370 aguarda a balsa para cruzar o rio Curuá-Una.

© Otávio Almeida / Greenpeace



Mapa mostrando que campos de extração de madeira ilegal não cobertos por essa investigação estão em área de floresta pública. Áreas em laranja foram registradas em cadastros do governo.

Escala 1:500,000



Caminhão 2



Marca: Mercedes Benz
Modelo: Axor 2831 6x4
Cor: x
Registro: 2011/12
Placa: NTC 2321
Chassi: 71723

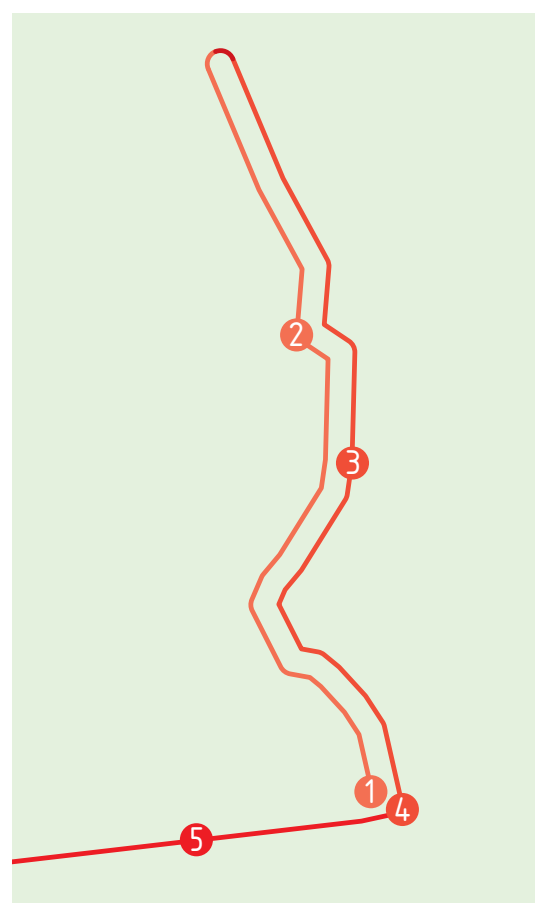
10 Setembro 2014

- 1 12:16, estacionado na serraria Odani
- 2 14:24, dirigindo-se para a área de exploração ilegal
- 3 17:03, voltando para a serraria Odani
- 4 17:42, estacionando na serraria Odani
- 5 19:04, a caminho da BR-163
- 6 23:03, entrando na BR-163, em direção a Santarém
- 7 00:50, chegando na serraria Sabugy

Escala 1:500,000



SANTARÉM



Pilhas de madeira na estrada que leva à floresta. Essa área é de florestas públicas, onde o desmatamento é ilegal.

Sabugy Madeiras LTDA



CTF: #85545 - suspenso
Ceprof: Ativo
Licença de operação: aguardando renovação

A Sabugy é uma serraria localizada no município de Santarém, no Pará. Ela deixou de exportar madeira em 2012. No entanto, continua fornecendo madeira serrada para três empresas exportadoras, incluindo a Rainbow Trading. Desde 2008, a Sabugy acumula multas emitidas pelo IBAMA no total de R\$ 460 mil.

Serraria pertencente à Sabugy Madeiras Ltda em Santarém, Pará.
24°7'N, 82°33'E
3 de setembro de 2014
© Agnaldo Almeida / Greenpeace

Comercial de Madeiras Odani LTDA



CTF: #33006 - suspenso
Ceprof: Ativo
Licença de operação: 8825/2014, válida até 20/07/2016

A Odani é uma serraria localizada no município de Placas, a aproximadamente 150 quilômetros ao sul de Santarém. Em junho de 2013, a Odani foi multada em R\$ 500 mil (€160,000) pelo Ibama por violar condições de sua licença. Desde então a empresa está embargada pelo órgão federal, o que deveria impedi-la de comercializar madeira.

Odani alega que sua madeira vem de três planos de manejo:

Edinaldo Ferreira Da Conceicao,
Fazenda Conceicao, Lote 21 (AUTEF 1810/2013)
Agropecuaria Santa Efigenia Ltda
(AUTEF 20145/2014)
Elisario Moraes De Lima,
Uruará CEPFOP 5350 - AUTEF 1868/2014)

Mais uma vez, o Greenpeace analisou imagens de satélite destes planos de manejo. Não há sinais de exploração no plano de Elisario Moraes de Lima, embora os registros oficiais mostrem que a empresa colocou 800 metros cúbicos de madeira no mercado.

A Agropecuária Santa Efigênia Ltda também parece suspeita e requer uma auditoria de campo. Embora as análises de imagens de satélite só tenham permitido observar traços de exploração madeireira, o plano de manejo alega ter colocado o volume espantoso de 20.600 metros cúbicos de madeira no mercado. Documentos oficiais mostram que o ipê, uma das espécies de madeira mais valiosas, representou 22% do volume total de madeira do plano de manejo - cinco vezes a mais do que o índice médio de ocorrência para esta área.

Serraria pertencente à Comercial de Madeiras Odani Ltda em Placas, Pará.
3°28'21.36"S 54°24'33.05"W
28 de setembro de 2014 © Lunae Parracho / Greenpeace

Negócio arriscado

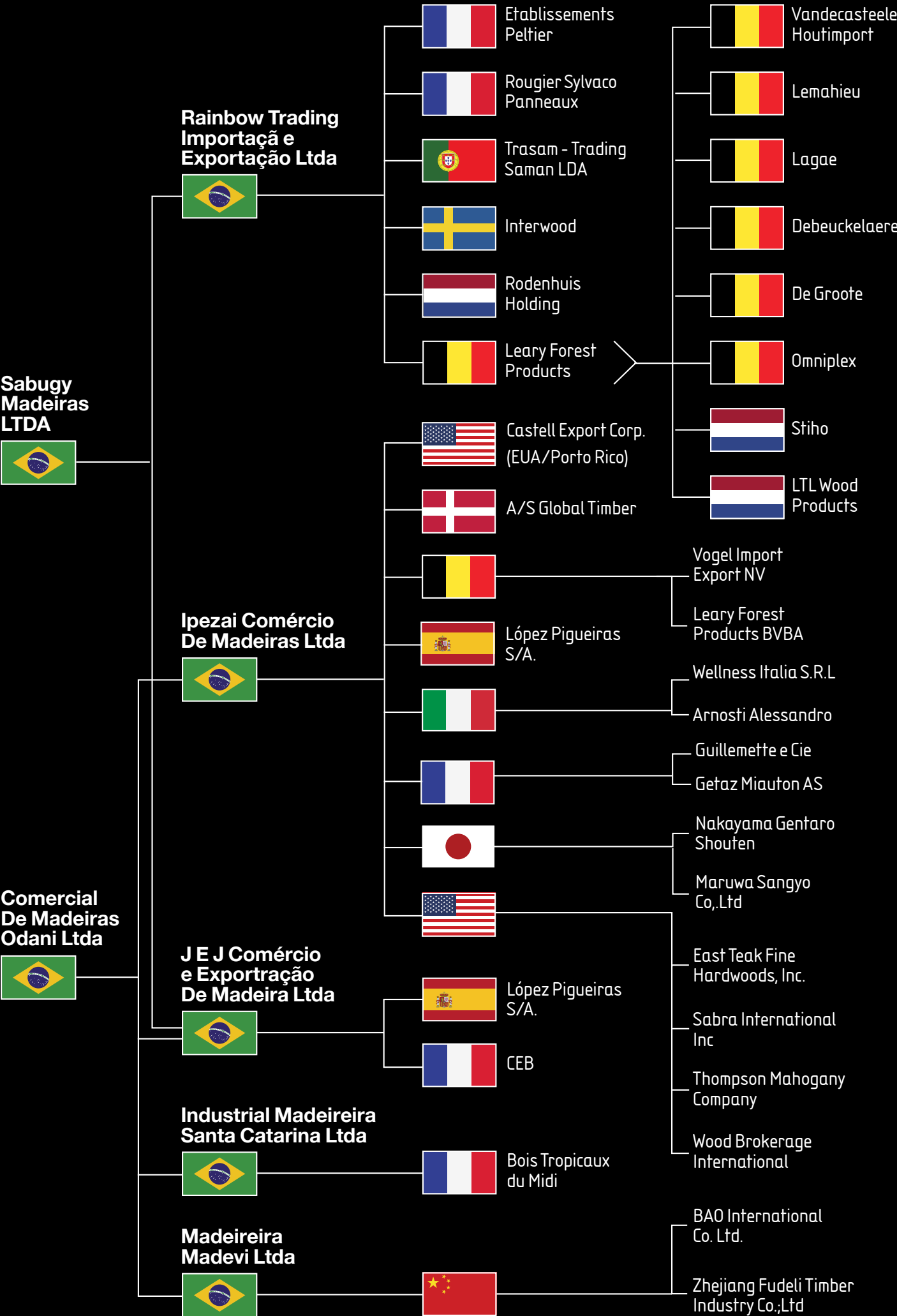
O relatório do Greenpeace, “A Crise Silenciosa da Amazônia”, lançado em maio de 2014, mostrou por que comprar madeira da Amazônia é um negócio arriscado. Este documento fornece evidências adicionais de que a indústria madeireira está operando à margem da lei na Amazônia brasileira. Caminhões madeireiros transitam livremente à noite entre áreas de extração ilegal e as serrarias da região de Santarém. Empresas que não deveriam estar comercializando madeira acessam livremente o sistema de controle que deveria regular o comércio de madeira. Madeireiros ‘esquentam’ madeira rotineiramente através de planos de manejo fraudulentos, cujas áreas não são exploradas. Esses não são casos isolados. A combinação marcada pela falta de governança e falhas no sistema eletrônico de controle da madeira alimenta a cultura de ilegalidade que permeia o setor inteiro.

Entre agosto e setembro de 2014, o Greenpeace analisou mais de mil GF3, documento emitido pelo Sisflora que registra as vendas de madeira serrada no Pará e no Mato Grosso. Desde o início de 2014, a Rainbow Trading comercializou madeira com seis empresas em cinco países europeus. Uma delas, a Leary Forest Products, repassou a madeira da Rainbow Trading para outras oito empresas. A Odani vendeu madeira serrada para cinco exportadoras brasileiras, incluindo a Rainbow Trading. A Sabugy forneceu para a Rainbow Trading e uma outra exportadora. Estas exportadoras venderam madeira das mesmas espécies para empresas em todo o mundo.

Tais evidências levantam muitas questões para as autoridades responsáveis pelo efetivo cumprimento das leis que proíbem o comércio de madeira ilegal, dentro e fora do Brasil. Estas serrarias operam ilegalmente e, principalmente, manipulam madeira ilegal. Elas têm acesso livre à documentação oficial, obtida através de fraudes. Informações sobre multas e licenças suspensas estão disponíveis publicamente. Autoridades não conseguiram concluir, de forma razoável, como as empresas que estão colocando a madeira da Rainbow Trading e de suas fornecedoras no mercado estão observando as legislações internacionais que proíbem o comércio de madeira ilegal, como a EUTR ou a Lacey Act. Assim, a madeira destas serrarias é regularmente exportada para a Europa e os Estados Unidos.

Diante das falhas estruturais no sistema de controle da madeira no Brasil, a grande probabilidade de ilegalidade e o fato de que a maior parte dos planos de manejo ainda precisa ser fiscalizada, a apresentação de documentação oficial não é suficiente para garantir a legalidade ou origem da madeira. Empresas que não estejam dispostas a enfrentar estes desafios de frente devem parar de comprar madeira de regiões de alto-risco, como a Amazônia.

À direita: Como a madeira das serrarias denunciadas pelo Greenpeace entra no mercado internacional. Movimentações de madeira entre janeiro e agosto de 2014 conforme registrado no SISFLORA, sistema de controle de produtos florestais adotado pelos estados do Pará e Mato Grosso.



Demandas

O Governo Brasileiro deve:

- Conduzir imediatamente uma investigação nas empresas identificadas na denúncia do Greenpeace, tomando todas as medidas cabíveis para assegurar que a madeira ilegal não entre no mercado;
- Realizar a revisão imediata de todos os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) aprovados na Amazônia desde 2006;
- Elaborar e implementar regras mais rigorosas para garantir a correta avaliação e aprovação dos planos de manejo florestal;
- Rever e implementar um sistema de controle mais robusto, com regras claras e eficazes para a boa gestão e monitoramento da produção e fluxo da madeira, que seja transparente e integrado nacionalmente;
- Rever todas as licenças de operação de serrarias e criar um novo sistema para regular a aprovação e funcionamento de empreendimentos madeireiros;
- Aumentar a capacidade de ação dos órgãos ambientais estaduais e federais, através de melhorias em infraestrutura e investimento em monitoramento e fiscalização, além da aplicação das devidas penalidades para os condenados por crimes florestais;
- Priorizar o desenvolvimento e a implementação de um plano ambicioso de promoção do manejo florestal comunitário.

As empresas devem:

- Parar de comprar madeira proveniente da Amazônia brasileira a menos que seus fornecedores possam dar garantias confiáveis de que seu produto é legal – o que inclui o cumprimento das relevantes legislações de comércio e exige garantias que vão além da

apresentação de documentação oficial – e não tem contribuído para o desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade, ou impactos sociais negativos;

- Classificar imediatamente a madeira proveniente da Amazônia brasileira como de alto risco, considerando os problemas crônicos de gestão, monitoramento e fiscalização do setor madeireiro no Brasil;
- Implementar políticas consistentes para compra de madeira que assegurem que o produto é proveniente de fontes legais e não contribuiu para o desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade ou impactos sociais negativos;
- Apoiar uma reforma no sistema brasileiro de gestão, monitoramento e fiscalização da indústria madeireira para garantir que a madeira da Amazônia brasileira é produzida legalmente e não contribuiu para o desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade ou impactos sociais negativos.

Autoridades competentes nos países importadores devem:

- Investigar as empresas em sua jurisdição e identificadas no relatório do Greenpeace, averiguando quais medidas foram tomadas para mitigar o risco de que madeira ilegal proveniente da Amazônia brasileira entre no mercado, e tomando as medidas cabíveis;
- Considerar que a empresa está em desacordo com a EUTR se esta não for incapaz de fornecer informações plausíveis sobre a adoção de medidas para mitigar o risco de ilegalidade em sua cadeia produtiva que vá além da apresentação de documentos oficiais, adotando as penalidades previstas.

Notas

- 1 Mittermeier, R.A., Mittermeier, C.G., Gil, P., Pilgrim, J., P.R. Fonseca, G., Brooks, T., & Konstant, W.R. 2003. Wilderness: Earth's Last Wild Places. Conservation International, Washington D.C., USA.
- 2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004) IBGE lança o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil, em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade. http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169
- 3 Ibid
- 4 Ibid
- 5 Coordenação-Geral de Observação da Terra (undated) Projeto PRODES: monitoramento da floresta Amazônica Brasileira por satélite, web page. <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>
- 6 Imazon (2013). Forest Management Transparency Report - State of Pará (2011 to 2012) <http://www.imazon.org.br/publications/forest-management-transparency/forest-management-transparency-report-state-of-para-2012-to-2013>
- 7 Greenpeace Brazil (2014). Logging: the Amazon's Silent Crisis. http://www.amazoncrisis.org/doc/EN-INT/amazon_silent_crisis_all.pdf
- 8 Greenpeace investigation, August – October 2014.
- 9 Política Nacional de Meio Ambiente, Art. 17, Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. See also SEMA (2013). Comunicado Importante: Obrigatoriedade De Cadastro No Ctf e Pagamento Da Tcfa. <http://www.sema.pa.gov.br/2013/12/06/comunicado-importante-obrigatoriedade-de-cadastro-no-ctf-e-pagamento-da-tcfa/>
- 10 https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade.php
- 11 Comercial de Madeiras Odani Ltda. Embargo issued on 05/06/2013. <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>
- 12 Greenpeace analysis of INCRA's land settlements, SEMA's licenced forest management plans and Environmental Rural Register (CAR) and GPS monitoring of the trucks' movements.
- 13 Greenpeace investigation, August – October 2014
- 14 Fines and embargoes issued by IBAMA are recorded on its website. Background checks on fines and embargoed areas for Brazilian timber companies. <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. Further details on the reason for the sanctions is available here: <https://ibamanef.ibama.gov.br/docibama/publico/>
- 15 Política Nacional de Meio Ambiente, Art. 17, Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. See also SEMA (2013). Comunicado Importante: Obrigatoriedade De Cadastro No Ctf e Pagamento Da Tcfa. <http://www.sema.pa.gov.br/2013/12/06/comunicado-importante-obrigatoriedade-de-cadastro-no-ctf-e-pagamento-da-tcfa/>
- 16 Greenpeace investigation, August – October 2014
- 17 Ibid
- 18 Art. 18 do Decreto 6.514/2008. IBAMA. <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/category/44-p?download=1101%3A6.514-08>
- 19 Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2014). www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br

GREENPEACE

RELATÓRIO OUTUBRO DE 2014

Greenpeace Brasil, Rua Fradique Coutinho, 352, Pinheiros, CEP 05416-000, São Paulo/SP, Brasil
www.greenpeace.org/brasil/pt/
Email: relacionamento@greenpeace.org